



## **ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITANHAÉM - CME**

Aos 30 dias do mês de novembro de 2022, com início às 9h horas, realizou-se a sessão extraordinária do Conselho Municipal de Educação. A reunião aconteceu por meio do aplicativo google.meet.teve, devido a necessidade de uso das salas pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para outros fins. A Presidente Daniela apresentou a pauta do dia, a qual também foi previamente disponibilizada aos conselheiros por meio do aplicativo de comunicação *whatsapp*. 1) Leitura da Ata do encontro anterior; 2) Desligamento da Conselheira Suplente Mônica Rafael; 3) Ofício nº 117/2022 da Sala dos Conselhos - Indicação de Representantes para o FUNDEB - Quadriênio 2023-2027; 4) Apontamento do Conselheiro Roberto Carlos Ribeiro - solicitação via e-mail; 5) Processo nº 18.226/2022 - **Versão 02** - Deliberação CME Itanhaém nº 03/2022 para **Versão 03** - Deliberação CME Itanhaém nº 03/2022. A Presidente iniciou com a leitura da ata do encontro anterior, passando posteriormente, para a ciência ao colegiado quanto ao desligamento da conselheira suplente Mônica Rafael. A conselheira apresentou o pedido de desligamento logo após o encaminhamento da primeira Convocação, aquela para a posse oficial. Sendo assim, é necessário a substituição da conselheira. Foi realizado contato com as representantes do segmento de pais de alunos que participaram da Eleição Geral em 17/08/2022. Das quatro representantes, possíveis, apenas duas, corresponderam às ligações, onde uma das representantes, manifestou impossibilidade de participação devido a motivos particulares e profissionais e a segunda representante, a Sra Victória Helena, manifestando seu interesse e disponibilidade em representar a Unidade Escolar de seu filho, a E. M. Benedita Mathias. Em seguida, a Presidente deu ciência também, acerca do recebimento do Ofício nº 117/2022 da Sala dos Conselhos - Indicação de Representantes para o FUNDEB - Quadriênio 2023-2027 para compor o Conselho do FUNDEB para o quadriênio 2023-2027. Sendo assim, a Presidente destacou que somente os conselheiros titulares podem se candidatar, porém dois titulares e um suplente estão sinalizado com impedimentos, sendo eles Kelly Regina, Renata Simões e Roberto Carlos, em seguida foi aberto espaço para que os conselheiros titulares interessados pudessem candidatar-se, momento este, que apenas as conselheiras Natalia Garzin e Marieli Nascimento demonstraram interesse. Ficando por unanimidade como representante titular, a conselheira Natália e suplente a conselheira Marieli. A conselheira Renata se manifestou a respeito de seu “suposto impedimento”, alegando que o conselho do FUNDEB tem Legislação própria, portanto, não deve acontecer o mesmo ocorrido no CME, destacando ainda que irá concorrer pelo Sindicato. Dando segmento na pauta, a Presidente informou ainda, sobre o

apontamento do conselheiro Roberto, que após a reunião do dia 17/11, por meio do e-mail da AGEPE - Assessoria de Gestão e Planejamento, o conselheiro manifestou sua insatisfação quanto ao comportamento da colega e conselheira Valéria Caviquioli, solicitando que seu apontamento fosse constado em ata. A Presidente salientou que mesmo antes da solicitação do conselheiro, o acontecido foi registrado em ata, considerando que tais comportamentos não são bem-vindos e não serão aceitos, uma vez que geram desconforto entre o grupo. Em seguida, a Presidente, retomou a redação do Processo nº 18.226/2022 - Deliberação CME Itanhaém nº 03/2022 com as adequações realizadas pelo colegiado e encaminhadas em 17/11/2022, à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para análise e procedimentos,

**“Versão 02: art. 3º – Os resultados dessa avaliação serão registrados no Diário de Classe do professor e em relatórios expedidos como forma de síntese final para análise e providências e para compor o Projeto Político Pedagógico nas ações de 2023, em termos de recuperação contínua e paralela na Unidade Escolar e/ou Programa Intensivo de Apoio e Reforço de Aprendizagem. Art. 5º Os alunos que não comparecerem às aulas presenciais e não cumprirem a carga horária obrigatória conforme legislação vigente, serão considerados EVADIDOS após eliminadas todas as providências em torno dos encaminhamentos: Busca Ativa, Programa Social Escolar, Educação Social, bem como ao Conselho Tutelar, isso ao final do ano letivo Art. 10, alínea I - Para os alunos público-alvo da Educação Especial deverá ser considerado o Plano de Ensino Individualizado - PEI e Plano de Atendimento Individualizado - PAI elaborado em conjunto com a sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado). Acrescentar na ficha de Acompanhamento da Aprendizagem do Ensino Fundamental o diagnóstico, indicativas e encaminhamentos necessários para a mudança de Ciclo. Após a análise da Equipe de Assessoria de Gestão e Planejamento - AGEPE, foram sugeridas as seguintes adequações:**

**Versão 02: Art. 5º Os alunos que não comparecerem às aulas presenciais e não cumprirem a carga horária obrigatória conforme legislação vigente, serão considerados EVADIDOS após eliminadas todas as providências em torno dos encaminhamentos: Busca Ativa, Programa Social Escolar, Educação Social, bem como ao Conselho Tutelar, isso ao final do ano letivo Art. 8º, Parágrafo Único: Caberá às Unidades Escolares comprovarem, documentalmente, todas as garantias de direitos quanto ao processo de busca ativa escolar, acompanhamento das aprendizagens, processo de avaliação e oferta de recuperação contínua e paralela e com a anuência da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes na análise das medidas de acompanhamento efetivadas. Versão 03: Art. 5º Os alunos que não comparecerem às aulas presenciais e não cumprirem a carga horária obrigatória conforme legislação vigente, serão considerados alunos EVADIDOS após eliminadas todas as providências em torno dos**



encaminhamentos: Busca Ativa, Programa Social Escolar, Educação Social, bem como ao Conselho Tutelar, isso **ao final do ano letivo. I. No Prazo de 30 (trinta) dias, os §1º e §2º do Art 126, do Regimento Comum das Escolas Básicas do Sistema Municipal de Ensino de Itanhaém, deverão ser adequados ao disposto no Caput deste artigo. II. Aos alunos do Ensino Fundamental deve-se ofertar, monitorar e arquivar as compensações de ausências dos alunos com a documentação comprobatória de todo o processo. Art 8. Parágrafo Único: Excepcionalmente, os alunos de 5º anos que não conquistem a base alfabética e que ainda não tenham sido reprovados dentro da etapa do regime de progressão de ciclos, poderão permanecer no mesmo ciclo, desde que com a anuência da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes na análise das medidas de acompanhamento efetivadas. Art. 9º Caberá às Unidades Escolares comprovarem, documentalmente, todas as garantias de direitos quanto ao processo de busca ativa escolar, acompanhamento das aprendizagens, processo de avaliação e oferta de recuperação contínua e paralela e com a anuência da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes na análise das medidas de acompanhamento efetivadas.** Apresentadas as sugestões, a Presidente abriu espaço para as manifestações dos conselheiros. O conselheiro Alexandre, informou que após a última reunião, revisitou novamente o Regimento Comum em seu Art 126, e fez algumas anotações e possibilidades de alterações. Destacou que analisou também o Regimento do Estado, e observou que este não coloca o aluno como “evadido” e sim como abandono escolar, indicando que o aluno nunca frequentou as aulas. O conselheiro, salienta que não está indicando o uso deste termo porque o Estado usa e sim pela questão de adequação e facilidade maior facilidade de compreensão. O conselheiro ainda, comenta sobre rever os casos de sua Unidade Escolar, junto a Promotoria, cujos constam como Evadidos e ainda a matrícula suplementar -(m/s) vindo de Caieiras, o qual não frequentou na escola anterior, portanto não consta com pré-matrícula para 2023. O conselheiro, sugere também uma parceria entre a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, a fim de juntos desenvolver um meio de localizar com mais facilidade as famílias dos alunos com frequências irregulares e/ou não frequentes, através do endereço cadastrado no CPF do responsável, destacando ainda, que para dar certo essa parceria e funcionar de forma mais rápida essa busca pelo endereço, é importante durante a matrícula do aluno na Unidade Escolar, junto aos demais documentos, ser solicitado também o CPF do responsável, finaliza o conselheiro Alexandre. Com a palavra a conselheira Renata, destaca que pelo Sistema Único de Saúde - SUS, também é possível realizar essa localização, sugerindo uma parceria também com a Secretaria de Saúde, por meio das Unidades Básicas de Saúde da Família próximas às Unidades Escolares e/ou bairros. A Presidente, concordou com os apontamentos do conselheiro Alexandre, salientando que são estudos válidos. Pois após a última reunião em que o conselheiro trouxe esse questionamento, a equipe da SECE, tanto AGPE como Departamento Pedagógico, buscou estudos e legislações que embasassem o segundo parágrafo do Art. 126 e após consulta jurídica, foi



recomendado a exclusão do parágrafo e a revisão do Regimento, sendo apresentado nessa Deliberação a necessidade de revisão e exclusão do parágrafo. Havendo necessidade de revisão do Regimento, o que nós do CME poderemos ter nossas indicações. A Sra Maria Aparecida, Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas – (CMPSD), que participou da reunião como convidada, pediu a palavra para falar sobre a questão da possibilidade de retenção de alunos, salientando que estamos num período pós pandêmico e reter o aluno agora, sabendo-se que este tem condições de ser promovido, pode causar grande desmotivação na vida escolar, considerando que muitos, mesmo com todas as dificuldades, continuaram tentando prosseguir os estudos. Lembrando ainda que as ausências ocorrem por inúmeros fatores finalizou a Sra Maria Aparecida. A conselheira Kelly, por sua vez, não concordou com Art 9º, pois alega que a Recuperação Paralela/Contínua não foi ofertada em sua totalidade pela SECE. A Presidente, em resposta a conselheira Kelly, destaca que a Recuperação Paralela está acontecendo nos Núcleos e em algumas escolas, há Professores desenvolvendo o trabalho. Já a recuperação contínua, acontece no decorrer do ano, durante o processo de aprendizagem em sala de aula e aplicada pelo professor da sala por meio do PIP. Por fim, após a deliberada a minuta, está seguirá para nova análise da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e providências. A Presidente encerra a reunião informando que haverá ainda uma nova reunião extraordinária, para tratar da Deliberação do Calendário Escolar de 2023. Nada mais havendo a tratar, Eu Priscilla da Silva Lira Nunes, redigi a presente ata que segue assinada. Itanhaém, 30 de novembro de 2022.

